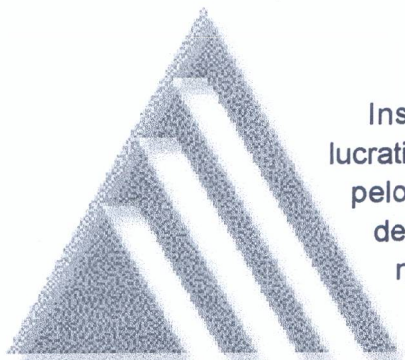




ESCOLA DE GOVERNO

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO

APRESENTAÇÃO



Instituição de direito público, sem fins lucrativos, a Fundação João Pinheiro foi criada pelo Governo de Minas Gerais, em 12 de dezembro de 1969, através da Lei Estadual n.º 5 399, com as seguintes finalidades:

proporcionar subsídios e suporte técnico à promoção do desenvolvimento socioeconômico do estado e do país e

contribuir para o aprimoramento gerencial das entidades públicas e privadas. A seriedade e o empenho com que os desafios impostos por sua missão institucional foram enfrentados fizeram da Fundação uma referência nacional em áreas temáticas de grande ressonância para a sociedade, como o planejamento regional e urbano, a formulação e análise de programas e projetos de investimento, a modernização da administração pública, a análise organizacional e a avaliação de políticas sociais, entre outras. O reconhecimento de sua excelência técnica foi granjeado tanto pela adoção de uma abordagem multidisciplinar na concepção e no desenvolvimento de seus trabalhos, quanto, principalmente, por uma atuação pautada pelo respeito à ética e à justiça social e pelo compromisso com os princípios e valores fundamentais da democracia.

O dinamismo e a cultura inovadora que marcam a trajetória da instituição, por sua vez, refletem-se na preocupação permanente em incorporar metodologias e ferramentas de trabalho sintonizadas com as rápidas transformações ocorridas nos processos societais, em sentido amplo, e na promoção de mudanças e adequações em sua estrutura organizacional. Articulando experiência e modernidade, a Fundação dos dias atuais apresenta um desenho institucional extremamente rico, talvez único no país, que congrega três funções vitais à atividade governativa contemporânea. Primeira, a produção de estatísticas e indicadores econômicos e sociais sobre as várias dimensões da realidade do país e, especialmente, do estado de Minas Gerais e de seus municípios. Segunda, a realização de pesquisas aplicadas, abrangendo

assuntos como finanças públicas, criminalidade e violência, serviços de saúde, educação e assistência social, patrimônio histórico e cultural, atividades urbanas, serviços de transporte, modernização e reforma de Estado. Terceira função, a formação e o aperfeiçoamento de quadros do aparato público e da iniciativa privada. São atividades estreitamente relacionadas, com forte sinergia, favorecendo em particular a consecução daquilo que move, em última instância, a atuação da instituição: a prestação de serviços de qualidade para a sociedade.

Para o desenvolvimento de seus trabalhos, a Fundação conta com um corpo de funcionários altamente qualificados, composto por profissionais de formação variada, compatível com a busca de uma visão abrangente e integrada dos fenômenos, situações e problemas examinados, ancorada em sólida base conceitual, teórica e metodológica. Investimento sistemático é feito no aperfeiçoamento profissional do corpo de pesquisadores e professores da instituição, com ênfase em programas de pós-graduação *stricto sensu*, em especial o doutoramento.

Ricardo Carneiro
dezembro 2002





Escola de Governo

Criada como uma diretoria da Fundação João Pinheiro, pela Lei Estadual nº. 10 961, de 14 de dezembro de 1992, constitui um centro de formação e qualificação de recursos humanos para a administração pública federal, estadual e municipal e para

entidades não-governamentais, orientada no sentido de fortalecer a competência nas áreas de gestão governamental, formulação de políticas públicas, elaboração de indicadores e instrumentos de mensuração de resultados e avaliação do desempenho da ação governamental. É, ao mesmo tempo, uma instituição de ensino superior isolada, que oferece curso de graduação em Administração Pública; Programa de Mestrado em Administração Pública nas áreas de Gestão Econômica, Gestão da Informação e Gestão de Políticas Sociais; cursos de pós-graduação *lato sensu* e programas de educação continuada destinados aos servidores públicos, agentes comunitários e prestadores de serviços, com forte conexão com os setores governamentais. A Escola desenvolve projetos e trabalhos técnicos de consultoria e de pesquisas, planeja, organiza, promove e conduz seminários, palestras e ciclos de estudos. Dessa forma, a Escola de Governo está em condições de responder às necessidades organizacionais, em face de um mercado cada vez mais competitivo e exigente de novas posturas e ações estratégicas, considerando o ambiente em transformação e contribuindo para que as organizações públicas e privadas cumpram, com efetividade, seus objetivos econômicos e sociais.

Os esforços do ensino e da pesquisa convergem para alguns dos eixos que configuram hoje a agenda pública, forjada a partir da reforma do Estado e de suas exigências por maior eficácia, eficiência e modernização da administração pública; da necessidade de ampliar o conhecimento e a informação disponíveis para uma formulação de políticas mais consistentes, que produzam os resultados positivos esperados e reduzam efeitos perversos; de viabilizar a ação pública

pautada pela busca de padrões aceitáveis de justiça social. Daí a ênfase na análise das relações do aparato do Estado com as instâncias de participação da sociedade civil e o mercado, dos possíveis efeitos dessa articulação para melhorar a prestação de serviços públicos. As formas de gestão merecem atenção particular frente à necessidade de treinamento de uma administração pública responsável e sensível às demandas da maioria, melhor aparelhada para compatibilizar os interesses dos que são positiva ou negativamente afetados pelas políticas, comprometida com os princípios da boa governança (transparência, austeridade e universalismo). A agenda de pesquisa e ensino é bastante diversificada, abarcando componentes políticos, socioeconômicos, culturais, institucionais e organizacionais.

A Escola de Governo mantém, em tempo integral, uma equipe multidisciplinar (administradores, advogados, economistas, sociólogos, cientistas políticos e psicólogos) com experiência em trabalhos dessa natureza. Conta ainda com o apoio do corpo técnico e de especialistas vinculados aos demais centros da Fundação João Pinheiro.

PRINCIPAIS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

**Curso de Graduação em
Administração
Habilitação em Administração
Pública**



CSAP

O Curso de Administração -
habilitação em Administração Pública,
reconhecido pela Portaria do MEC n.º

1.257, de 23 de agosto de 1994, e renovado pelo decreto estadual 42.735, de 8 de julho de 2002, foi instituído com o propósito de constituir instrumento estratégico para a modernização do serviço público. Destina-se à formação de profissionais para atuar nas áreas de gestão governamental e de formulação, implementação e avaliação de políticas públicas. Trata-se do único curso de nível superior no país orientado

para a formação de profissionais que integrarão, após formados, uma carreira de Estado, a de Administradores Públicos do Poder Executivo, criada pela Lei Estadual n.º 9.360, de 9 de dezembro de 1986, atualmente regulamentada pela Lei n.º 11.658, de 2 de dezembro de 1994.

Programa de Mestrado (pós-graduação *stricto sensu*)

A Escola de Governo mantém desde 1995 um programa de Mestrado em Administração Pública que tem por objetivo a formação de alto nível - teórica e técnica - dos profissionais que atuam em organizações governamentais e não-governamentais e em centros de ensino e de pesquisa em áreas relacionadas à gestão econômica, à gestão social e à gestão da informação. O Mestrado foi recomendado pela Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES, reconhecido pelo Parecer CES 511/99, homologado em 13 de julho de 1999 (DOU de 20/7/99).

O Mestrado combina a formação em administração pública com o treinamento técnico-gerencial em áreas específicas. A flexibilidade e a profissionalização são resguardadas por meio de áreas de concentração estruturadas a partir de necessidades de treinamento requerido para cada perfil profissional. O Mestrado em Administração Pública oferece três áreas de concentração: a de Gestão Econômica, a de Gestão em Políticas Sociais e a de Gestão da Informação (área que substitui a de Tecnologias da Informação a partir de 2002).

Os mestrandos são estimulados a desenvolverem suas dissertações sobre temas relacionados à atividade pública.

CURSOS DE ESPECIALIZAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO (PÓS-GRADUAÇÃO *LATO SENSU*)

A pós-graduação *lato sensu* engloba cursos de especialização (carga horária mínima de 360 horas) e de aperfeiçoamento (carga horária abaixo de 200 horas). A



CMAP

especialização se estrutura sobre três eixos de atuação (gestão empresarial, segurança pública e administração pública). Além destes, a Escola de Governo desenvolve cursos em parceria com órgãos públicos, tais como os de *Gestão Municipal*, *Gestão Previdenciária* e *Drogas e Alcoolismo: uma visão multidisciplinar*.

Curso de Especialização em Administração

Criado em 1973, o CEA tornou-se modelo para os demais cursos que se implantaram em diferentes unidades de ensino superior de Minas e no Brasil. Oferece experiência e inovação no aprimoramento da qualificação profissional de dirigentes e profissionais mineiros em sua atuação na esfera gerencial.

O CEA propõe-se a estimular a formação de uma visão estratégica, enfatizando aspectos de ética e responsabilidade social, cenário econômico e gestão organizacional, sob a ótica de cinco áreas de especialização: *finanças, marketing, recursos humanos, gestão da informação e gestão empresarial*.

Programa de Qualificação de Recursos Humanos em Segurança Pública

A Fundação João Pinheiro desenvolve em parceria com a Polícia Militar de Minas Gerais cursos destinados aos oficiais intermediários (capitães) e superiores (majores e tenentes-coronéis). Estes cursos iniciaram-se de forma pioneira no país, em 1985, quando a FJP passou a ser responsável pelo Curso Superior de Polícia e pelo Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais, atualmente denominados de:

Curso de Especialização em Segurança Pública – CESP

Curso de Especialização em Gestão Estratégica de Segurança Pública – CEGESP

Em 2002, foi oferecido o Curso de Especialização em Segurança Pública e Defesa Civil, com o objetivo de capacitar oficiais do Corpo de Bombeiros Militar que ocupam funções gerenciais na corporação.

Programa de Especialização em Administração Pública - PROAP

O Programa de Especialização em Administração Pública foi criado a partir de uma parceria entre a Escola de Governo/FJP e Secretaria de Estado de Recursos Humanos e Administração – SERHA. Seu objetivo é habilitar técnicos do serviço público estadual a intervir de modo consciente e fundamentado em sua esfera de atuação, provocando mudanças consistentes com a forma e a capacidade da ação pública.

O PROAP foi criado em 2001, oferecendo cinco cursos de especialização no campo da Gestão Pública, compreendendo as áreas de:

Administração Pública

Controle Interno

Gestão Estratégica da Informação

Orçamento e Finanças Públicas

Políticas Públicas e Gestão Governamental

A partir de 2002 dois novos cursos foram acrescentados ao programa anterior

Direito Tributário

Gestão de Pessoas.

Curso de Gestão Urbana e de Cidades

Realizado em parceria com o Instituto do Banco Mundial e com o Lincoln Institute of Land Policy, o curso tem como objetivo qualificar concepções e pressupostos, aprofundar e refinar o debate em torno da gestão das cidades. O desenho do programa articula uma perspectiva conceitual e analítica com a discussão de estudos de caso de experiências locais.

O curso, já em sua quarta edição e anualmente ofertado, destina-se principalmente aos planejadores e gestores de cidades e tem como temas básicos a participação, a democratização da gestão local, e a agenda da reforma urbana, sob o novo marco do Estatuto da Cidade.



PESQUISA

A Escola de Governo conta com uma Superintendência de Pesquisa e Pós-Graduação que se articula com as atividades de ensino e de extensão. A partir de 1995, os pesquisadores e alunos da Escola de Governo, com a participação do corpo técnico das demais diretorias, desenvolveram inúmeras pesquisas com financiamento da FAPEMIG, CAPES, CNPq, FINEP e outros órgãos de fomento.

Um campo profícuo de investigação da Escola reside nas temáticas da educação, saúde, assistência social, políticas para a infância e adolescência, transportes, gestão governamental e finanças públicas. Tais pesquisas orientam-se sobretudo para a avaliação e a produção de conhecimentos que subsidiem a formulação de políticas públicas. A avaliação de iniciativas inovadoras e dos processos de descentralização no campo das políticas sociais; os processos e as transformações recentes das regiões metropolitanas, principalmente do ponto de vista das condições sociais, de deslocamento e de sua gestão; a evolução da administração pública no Estado de Minas Gerais, e o impacto das novas tecnologias sobre a gestão pública, são exemplos das atividades de pesquisa da Escola de Governo que fornecem subsídios importantes a atividade pública e contribuem para a diminuição do significativo *déficit* de conhecimento e de avaliação que tem prejudicado o alcance de melhores níveis de eficácia nas políticas públicas.

COOPERAÇÃO TÉCNICA

A Escola de Governo dedica particular atenção à cooperação técnica, considerando a importância do intercâmbio de pesquisadores, professores e alunos.

Em busca de uma política de abertura e de enriquecimento pedagógico, ela estabelece contatos de cooperação técnica, sob diversas formas, com as principais instituições de administração pública brasileiras, de vários países da Europa (notadamente França, Reino Unido, Alemanha e Espanha), dos Estados Unidos e América Latina.



Especialistas em administração pública dessas instituições têm sido convidados a participar de seminários e ministrar cursos na Escola de Governo. Em contrapartida, a Escola organiza missões de visitas técnicas ao exterior, com o objetivo de consolidar relações de intercâmbio profissional e criar oportunidades para a absorção de novas experiências e conhecimentos.

No âmbito nacional destacam-se parcerias com a Fundação Getúlio Vargas, a Fundação Joaquim Nabuco, a Casa Civil da Presidência da República e diversos ministérios.

A Escola de Governo mantém ainda convênio de cooperação técnica internacional com instituições de pesquisa e centros de treinamento sediados em vários países da América Latina, da Europa e nos Estados Unidos. Além disso, desenvolve atividades conjuntas com agências internacionais, agências multilaterais e associações científicas: British Council, Fundação Konrad-Adenauer, Fundação Ford, Fundo das Nações Unidas para Infância (UNICEF), Banco Interamericano de Desenvolvimento, Banco Mundial, Lincoln Institute, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), Centro Latinoamericano para el Desarrollo (CLAD).

ATIVIDADES DE EXTENSÃO – FORMAÇÃO CONTINUADA.

A Superintendência de Extensão da Escola de Governo tem o papel de promover cursos multidisciplinares de curta duração. Seu objetivo é o treinamento, a capacitação, o desenvolvimento e a otimização das potencialidades do público-alvo, nas esferas pública e privada.

Por intermédio de sua Superintendência de Extensão, a Escola acumula larga experiência na realização de cursos de capacitação e requalificação de servidores públicos, com característica de formação continuada. Os cursos almejam possibilitar o acesso dos servidores públicos dos níveis federal, estadual e municipal às modernas tecnologias, conhecimentos e concepções de gestão. Dentre os cursos já realizados destacam-se: Programa de Qualificação dos Servidores Estaduais (parceria com o Ministério do Trabalho - FAT), Capacitação em Gerência Social (parceria com a Casa Civil da Presidência da República), Gerenciamento em Segurança Pública e Curso de Estatística e Análise

Criminal (parceria com o Ministério da Justiça, através do Programa de Treinamento de Profissionais da Área de Segurança do Cidadão).

Desde 2002, a Superintendência de Extensão executa o Programa de Desenvolvimento de Recursos Humanos, com a Secretaria de Estado da Saúde, no qual são organizadas 134 turmas, distribuídas por 31 cursos diferentes, e treinados aproximadamente 4.000 servidores por ano.

Além da execução de cursos em áreas temáticas diversas como compras e serviços, contabilidade, finanças e orçamento, gestão, planejamento, recursos humanos e políticas públicas, destacam-se, entre as atividades da Superintendência de Extensão, a busca de parcerias e celebração de termos de cooperação técnica entre órgãos, a promoção de seminários e ciclos de debates, a execução de consultoria para identificar demandas de capacitação.

PUBLICAÇÕES E EVENTOS

A Escola de Governo atua na organização de seminários, *worshops*, congressos nacionais e internacionais, em temas de interesse da Administração Pública.

A linha de publicações, estabelecida pela comissão editorial da Escola de Governo, é constituída pelas coleções “Cadernos de Textos”, sobre temas de interesse específico, para ampla divulgação na

Administração Pública; “Anais de Seminários”;



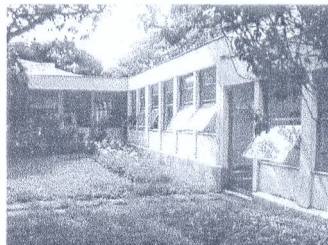
“Série CSAP- Monografias Premiadas”, “Catálogo de Monografias”, “Cadernos de Textos”,

“Orçamento Público”, “Coleção Gestão Social” (Projeto Alvorada), além da publicação de estudos e relatórios de pesquisas.



INFRA-ESTRUTURA

A Fundação João Pinheiro está situada em local privilegiado a cinco minutos do Aeroporto da Pampulha, a trinta minutos do centro de Belo Horizonte e a duzentos metros da Lagoa da Pampulha, em torno da qual encontram-se várias obras projetadas pelo arquiteto Oscar Niemeyer.



A sede da Escola de Governo funciona no prédio da Fundação João Pinheiro e conta com 11 salas de aula, dois auditórios, um deles para 200 pessoas, 2 laboratórios de informática, salas de trabalho para professores e apoio administrativo, restaurante e cantina.

As atividades da Superintendência de Extensão são desenvolvidas no prédio da Av. Brasil, 674 - Funcionários, onde dispõe de um auditório e 3 salas de aula.

BIBLIOTECA

A Biblioteca da Fundação João Pinheiro organiza, supervisiona e controla as atividades de coleta, análise, processamento, armazenamento e disseminação de documentos e informações de interesse dos pesquisadores, funcionários, alunos e professores da instituição. Atende também pesquisadores de outras organizações.



O acervo é composto de livros, periódicos, fitas de vídeo e mapas, concentrado nas seguintes áreas: economia, urbanismo, administração, administração pública, educação, geografia e história, direito, transporte, estatística.

A Biblioteca possui uma coleção distinta de seu acervo, composta de 1.870 volumes de publicações geradas pela Fundação, a Memória Técnica da Casa.



FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO
Governo de Minas Gerais

Escola de Governo

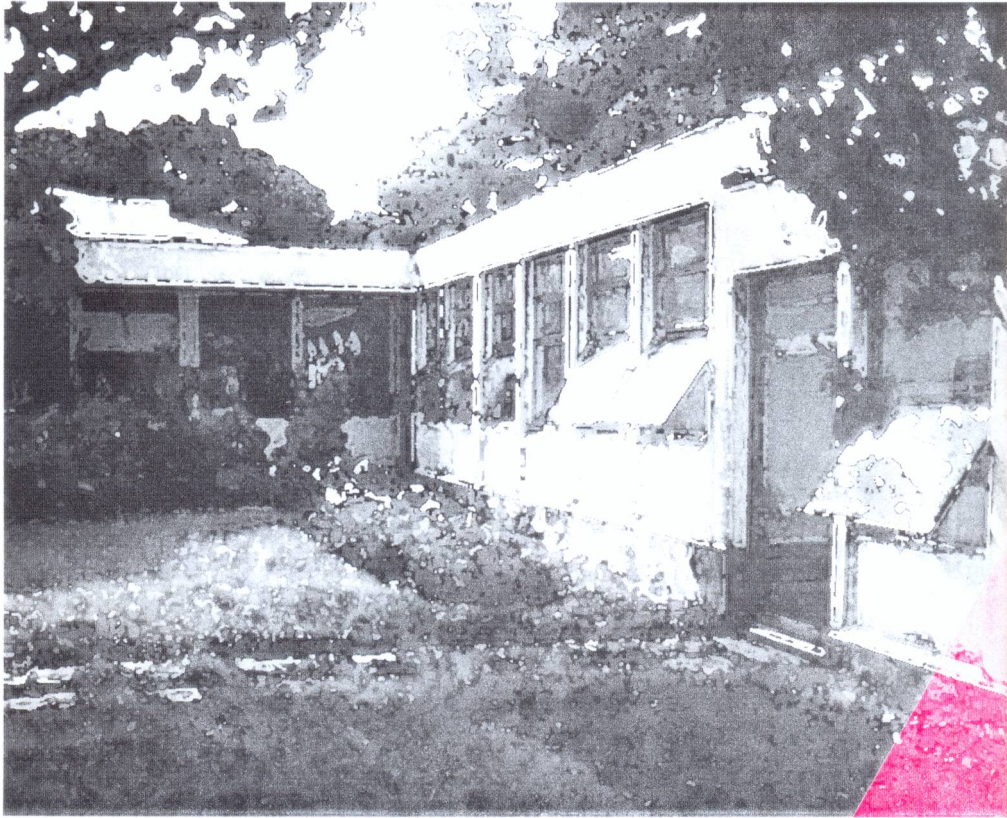
Alameda dos Oitis, 140 - São Luís/Pampulha
CEP 31 270 810

Belo Horizonte/Minas Gerais

Telefones: (31) 3448 9712 - 3448 9591 - Fax: (31) 3448 9613

E-mail: egfp@fjp.gov.br

www.eg.fjp.gov.br



FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO
Governo de Minas Gerais



**GOVERNO DE
MINAS
GERAIS**
SECRETARIA DE ESTADO
DE PLANEJAMENTO
E COORDENAÇÃO GERAL